MODUS OPERANDI POLÍTICO DE EVANGÉLICOS E CATÓLICOS: CONSOLIDAÇÕES E INFLEXÕES

Brenda Carranza¹

Resumo: Sustento a hipótese de que nas últimas décadas consolidou-se o *modus operandi* político dos evangélicos que impulsiona uma inflexão no histórico estilo de operar na esfera política da Igreja Católica. Se tal guinada no catolicismo não é um efeito mecânico de espelhamento, no mínimo constitui-se numa forte referência para o ativismo político católico e as militâncias de seus religiosos políticos nas casas legislativas do Brasil. A argumentação apóia-se na análise dos dados trazidos por Erico Tavares de Carvalho Junior e Ari Pedro Oro, no texto “Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras”, na literatura especializada e em pesquisa empírica realizada junto às lideranças católicas carismáticas.

Palavras-chave: Política; Catolicismo; Pentecostalismo; Ativismo político; Religiosos políticos.

Abstract: I support the hypothesis that in the last decades the *modus operandi* of the evangelicals has been consolidated that propels an inflection in the historical style of operating in the political sphere of the catholic church. If such a turn in Catholicism is not a mechanical effect of mirroring, it is at least a strong reference for Catholic political activism and the militancy of its political religious in the legislative houses of Brazil. The argument is based on the analysis of the data brought by Erico Tavares de Carvalho Junior and Ari Pedro Oro, in the text “Municipal elections 2016: religion and politics in Brazilian capitals”, specialized literature and empirical research carried out with charismatic Catholic leaders.

Keywords: Politics; Catholicism; Pentecostalism; Political Activism; Religious Politicians.

¹ Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Contato: brenda_poveda@terra.com.br

QUESTÕES INICIAIS

A partir da leitura do texto “Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras”, de Erico Tavares de Carvalho Junior e Ari Pedro Oro, senti-me tentada a retomar um outro artigo, publicado exatos dez anos antes. Nesse, Ari Pedro Oro e Rosilene Schoenfelder (2006) faziam sua análise sobre as eleições de 2006, com foco no Rio Grande do Sul. Já no título eles incluíram a pergunta: o que há de novo? Passou-se uma década, muita água correu debaixo da ponte política do Brasil, realizaram-se duas reeleições petistas à presidência da República, inclusive o *impeachment* dessa última, a operação Lava-Jato desmantelou mais uma torrente de escândalos de corrupção. Evangélicos e católicos enquanto atores religiosos na política estabeleceram alianças e impuseram sua pauta moral nas eleições de 2010 e de 2014.

Diante disso, perguntei-me: como o ativismo religioso (Mariano, 2006) consolidou-se? Houve alguma mudança substantiva dez anos depois? E entre os políticos religiosos (Oro; Schoenfelder, 2006), a quantas andam suas estratégias eleitorais? Do lado dos evangélicos, as candidaturas oficiais das instituições ou candidatos das memberships continuam a ser mecanismos certos de eleição? E do lado católico quais iniciativas se espelham no ativismo evangélico? Teve alguma inflexão significativa? Para alavancar pretensões políticas os candidatos não religiosos ainda buscam e encontram significativo apoio nas lideranças e instituições religiosas?

Respostas que em seu conjunto ajudam a perfilar a maneira como os segmentos religiosos agem para alcançar as instâncias de poder, negociam representações partidárias, ampliam a presença de suas lideranças religiosas ou representantes leigos no pleito eleitoral, traçam estratégias para participar na vida partidária, aprimoram o sucesso nas urnas, utilizam critérios de coalições partidárias, desenham táticas nas disputas eleitorais, interagem com outras militâncias políticas, constituem modelos corporativos de representação. Dito em latim: desenvolvem seu *modus operandi* na esfera política.

Esse *modus operandi* terá finalidades diversas em cada grupo religioso. No caso evangélico, sobretudo (neo)pentecostal, de acordo com Machado e Burity (2014, p. 206), o horizonte é sair, de um lado, da condição de minoria e subalternidade cultural, diante do apoliticismo em que ficou recluso e, de outro lado, da invisibilidade para reclamar o acesso à esfera pública. No caso da Igreja Católica implica, entre outros motivos, seu reposicionamento de diálogo igreja-Estado, perante a ascensão dos evangélicos como atores políticos que disputam, a quase naturalizada, hegemonia do catolicismo de pautar a vida pessoal e coletiva nos valores de uma ética intramundana. Ética que inclui estabelecer limites estatais em temas como participação política, educação, relações familiares e moralidade sexual, para os quais a instituição eclesial não só tem posicionamentos doutrinários claros, mas almeja que a sociedade como um todo os assumam como próprios (Esquivel, 2013, p. 414).

A partir dos dados fornecidos pelo texto “Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras” estruturei em duas partes meus comentários. Na primeira, sistematizo as tendências que consolidam o que considero um *modus operandi* político evangélico. Na segunda parte, apresento quatro frentes de ativismo católico que mostram as inflexões no *modus operandi* político da Igreja Católica. Finalmente, faço uma breve consideração sobre o espelhamento do *modus operandi* católico no estilo evangélico e uma sugestão a título de aprofundamento em pesquisas qualitativas que explorem o caudaloso e cuidadoso feixe de dados apresentados pelos autores, pois sem dúvida os desdobramentos da análise do material ultrapassam as contextualizadas eleições de 2016².

² Agradeço ao Núcleo de Estudos da Religião a oportunidade de participar como comentarista desse texto, pois sua leitura obrigou-me a sistematizar algumas ideias cuja necessária formulação eu sempre adiava.

MODUS OPERANDI EVANGÉLICO: CONSOLIDAÇÃO DE TENDÊNCIAS

À medida que avança a leitura sobre os dados e as reflexões das eleições municipais de 2016, nas 26 capitais brasileiras, percebemos alguns elementos que persistem no *modus operandi* político do setor evangélico. Tudo indica que esses elementos tendem a se consolidar, não apenas por sua recorrência nos pleitos eleitorais, mas também porque acompanham o fenômeno da participação política dos evangélicos, que, para dilatar seu poder religioso, ingressam maciçamente na esfera pública. Podemos identificar tais elementos em três tendências.

A primeira se refere aos *religiosos políticos* que, na categorização de Oro (2003),³ são sujeitos que explicitam sua pertença religiosa e vinculação institucional ao assumirem candidaturas e cargos na esfera pública. Esses agentes passam a instrumentalizar o capital político que sua vinculação religiosa pode render⁴ junto à igreja de origem, que tende a ser a primeira base eleitoral do candidato, pois “irmão vota em irmão”. Se bem que, segundo Machado (2006, p. 64), o uso político da identidade religiosa é diferenciado entre candidatos, visto que pode ser acionado apenas em eventos evangélicos e não para os eleitores em geral⁵.

Quando comparado o desempenho desses políticos religiosos nos anos 2006 e 2016, notamos que uma década atrás, segundo Oro e Schoenfelder (2006, p. 10), a presença de candidatos pentecostais era maior do que a dos evangélicos históricos. Nas observações de Carvalho Junior e Oro, nas eleições municipais e estaduais de 2016, a primazia de candidatos religiosos pentecostais mantém-se, como em 2006, destacando-se que a precedência

³ Ver também: Oro e Schoenfelder (2006); Oro e Mariano (2010).

⁴ Lembro entre os políticos religiosos com projeção nacional Marcelo Crivella (PRB), bispo afastado da IURD, Prefeito eleito do Rio de Janeiro (2016), Anthony Garotinho e sua esposa Rosinha Garotinho, ambos do PR, com fortes referências evangélicas e pertencas difusas e Marina Silva (REDE), da Igreja Bíblica da Graça.

⁵ A autora refere-se a Benedita da Silva (PT) da AD.

continua a ser da Assembleia de Deus – AD, (32%) e da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD, (22%).⁶ Evidencia-se, também, que a instrumentalização da identidade religiosa, para obter cargos nos organismos legislativos de 2016, tende a ser um dado consolidado, realidade presente no desenvolvimento histórico da participação política pentecostal com seus embates, performances e ganhos, como a literatura especializada mostra⁷.

Outro dado retrospectivo do cenário eleitoral, do ano de 2006, será a diversificação interdenominacional dos políticos religiosos, sejam eles representantes oficiais das denominações, seja por iniciativa da membresia, em ambos os casos com inserção pluripartidária e apoio institucional (Oro; Schoenfelder, 2006, p. 24). De acordo com Carvalho Junior e Oro, tal diversificação persiste nas eleições de 2016 e acrescentam como esses políticos religiosos se alocam nos partidos denominados cristãos, por defenderem valores do cristianismo. O escopo partidário nos quais os candidatos religiosos figuram incluem: Partido Social Cristão (PSC), Partido Republicano Brasileiro (PRB) – fundado e controlado pela IURD –, Partido Republicano (PR), Partido Trabalhista Cristão (PTC) e Partido Social Democrático Cristão (PSDC), todos alinhados no espectro ideológico à direita.

Tanto a diversificação denominacional quanto o alinhamento ideológico são dados mensuráveis que soldam a orientação política do segmento evangélico, a tempo que engrossam a crescente “onda conservadora”. Nessa onda os políticos religiosos, segundo Almeida (2017, p. 78), “fazem parte desse movimento mais amplo, sendo constituintes e constituídos por ela. [Mas nem] todos os evangélicos são conservadores, assim como a pauta conservadora vai além dos evangélicos conservadores”.

⁶ Os autores ponderam que a capacidade eleitoral dos evangélicos está diretamente associada a sua presença proporcional em cada Região; quanto menor representatividade evangélica, menos eleitos. Também destacam a correlação social dos eleitores da IURD, camada empobrecida, e o fator regional para a AD, o Nordeste.

⁷ Burity e Machado (2006); Corten, Dorzon e Oro (2003); Machado e Burity (2014); Mariano (2005); Natividade (2016); Oro e Mariano (2010); Vital e Lopes (2012).

De outro lado, os religiosos políticos representam a capilarização das instituições às quais estão filiados, a tempo que são sua expressão pública nos embates eleitorais. Por isso, o desempenho desses agentes será o termômetro que mede a temperatura da eficácia estratégica institucional no propósito de construir canais políticos que os comuniquem com as instâncias de poder. Entretanto, esses representantes nem sempre se conduzem como seu eleitorado espera e à altura ética que as instituições pregam. Cabe lembrar que o envolvimento dos candidatos religiosos em celeumas de corrupção e a sua punição nas urnas, com a não reeleição ou eleição, atinge a *reserva moral* que outrora os fez ganhar respeitabilidade social e os sustentou perante os rebanhos inflamados pelo *orgulho moral* de ter “homens de Deus saneando o mal da política” (Mariano; Hoff; Dantas, 2006, p. 73).

Porém, se os inúmeros escândalos desencantam e produzem uma “ressaca moral” (Mariano; Hoff; Dantas, 2006, p. 20), e dificultam os projetos expansionistas que visam a credibilidade junto à opinião pública nacional (Machado, 2006, p. 162), não impede a reapresentação das candidaturas nem o afastamento temporário dos religiosos políticos. Basta relembrar o caso da super faturação de ambulâncias por uma máfia que incluía 28 parlamentares evangélicos em 2006. Esse escândalo de corrupção, conhecido como sanguessugas, teve seu impacto direto com a diminuição da bancada evangélica no Congresso Nacional, nas eleições de 2006, passando de 60 a 15 membros⁸. Mesmo sendo indiciado como responsável de liderar o esquema sanguessuga Magno Malta, pastor da Igreja Batista e cantor gospel (PR), foi reeleito senador pelo Estado do Espírito Santo em 2010⁹.

A reapresentação dessa candidatura encontra, entre outras, sua explicação pela existência de mecanismos teológicos que, disparados por bispos e pastores, se constituem em arranjos discursivos que permitem a regeneração

⁸ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/quase-30-dos-deputados-envolvidos-com-sanguessugas-desistem-da-reeleicao-5006189>>. Acesso em: 2 set. 2017.

⁹ Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/631>>. Acesso em: 2 set. 2017.

dos “pecadores” que “sucumbiram ao mal”, pois “a tentação do poder é grande e a carne fraca”, conseqüentemente, os homens de Deus “não suportaram as forças do mal”. Verbalização que nos fiéis ecoa pela percepção negativa que tem da política, encontrando ressonância ao terem internalizado o mal como componente estrutural da esfera pública. Por isso, na lógica da freguesia religiosa, a arena política pode ser desvirtuada e desvirtuar os religiosos políticos (Tadvald, 2006, p. 80). Mais ainda, é a certeza da superioridade ética que, alicerçada nas premissas religiosas de contarem com a força divina, faz com que os grupos religiosos se recomponham internamente no meio da avalanche de denúncias e continuem a apostar em seus representantes.

O discurso teológico triunfalista, dos anos noventa, que permitiu empoderar ideologicamente os grupos religiosos na tentativa de tomar posse dos postos de comando no país, desloca-se para um discurso teológico de humildade penitente. Tais acomodações ideológicas, quer triunfalista quer de humildade, tem ressonâncias diferentes. Para as cúpulas das instituições religiosas tornam-se um “lubrificante” que perpetua a legitimidade de continuar na lida política, não só com as fraquezas, mas apesar delas. Já para as membrasias, enquanto comunidades fortalecidas na fé, significa impulsionar a esperança de gerar membros que representam certa “novidade” para fazer a “diferença” na política brasileira.

A segunda tendência, a localizamos no *ativismo religioso*, que Mariano (2005)¹⁰ caracteriza como sendo uma atuação orquestrada das instituições/ igrejas evangélicas para a cooptação do apoio das lideranças eclesásticas, representação partidária, nomeação de candidatos próprios, coligações partidárias e o desenvolvimento de uma máquina narrativa, marcada pela

¹⁰ No texto “Pentecostais e Política no Brasil”, Ricardo Mariano (2005) traça uma periodização desse ativismo político pentecostal. Fraccionado por décadas é possível acompanhar a genealogia e os motivos das igrejas que vão ingressando na esfera política, o perfil dos religiosos políticos e o processo do cortejo ideológico pelos grupos evangélicos. Ver também: Mariano, Hoff e Dantas (2006); Oro e Mariano (2010).

síndrome persecutória e a Teologia da Prosperidade¹¹, que transforma o rebanho evangélico em rebanho eleitoral. Esse último se explica, segundo Simone Bohn (2004 apud Mariano; Hoff; Dantas, 2006), por serem os fiéis uma clientela eleitoral mais exposta à autoridade dos dirigentes eclesiásticos, transferindo-se a autoridade pastoral à autoridade política, e por sua assídua assistência à igreja.

Rastreamos traços desse ativismo político nas tabelas da eleição a vereadores em 2016, nas quais percebemos que o número de candidatos evangélicos é quatro vezes maior do que os católicos. De um lado, nota-se que os resultados das urnas deve-se à forte capilarização dos políticos religiosos espalhados em todas as capitais, independentemente de sua performance eleitoral, como veremos mais adiante. Do outro lado, corroboram a eficácia, relativa, das estratégias de mobilização, coligações e da teologia *ad hoc* do ativismo religioso. Assim, o investimento das instituições nas candidaturas oficiais e nas filiações partidárias que garantem a intervenção parlamentar, está mais do que consolidado.

Como é sabido, para o ativismo político é essencial o exercício da pressão política que garanta a defesa de interesses corporativos, a intervenção nas votações de políticas públicas e a salvaguarda da estrita moralidade cristã – possibilitando erguer trincheiras contra discussões e/ou políticas públicas que envolvam a discriminação do aborto, os direitos reprodutivos, orientação e diversidade sexual, casamento igualitário, ideologia de gênero (Vital; Lopes, 2012; Natividade, 2016). Para tal, os representantes evangélicos se organizam municipal, estadual e federalmente em bancadas e frentes parlamentares nas casas legislativas, utilizando-se dos mesmos recursos disponíveis na política brasileira.

¹¹ Na visão de Machado e Burity, a “Teologia da Prosperidade promoveu um deslocamento das expectativas milenaristas de salvação para uma vida de graças no presente, favorecendo a inserção dos pentecostais na política” (2014, p. 604). Já a síndrome persecutória caracterizada pelo medo, temor, risco, perigo, perseguição, sofrimento etc, acompanha e atualiza as bandeiras que justificam a inserção religiosa na política das igrejas, ora erguendo como inimigo a Igreja Católica, ora o PT (Mariano, 2005, p. 2).

O resultado será uma maior visibilidade coletiva, o fortalecimento que auferir benefícios para parlamentares religiosos e suas igrejas, como a concessão de emissoras de rádio e televisão, e a conquista na reinvidicação de projetos de interesse das instituições religiosas. Exemplo dessa eficácia organizacional está no trabalho realizado pela Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional que conseguiu a sanção da lei de Nº 10.825, que garante total liberdade de culto no país, e a sanção do presidente Lula ao Código Civil, que mudou a personalidade jurídica das organizações religiosas.

Nos dados das eleições de 2016, para vereadores em Porto Alegre, Carvalho Junior e Oro mencionam a constituição, ainda que informal, de uma bancada religiosa, sobretudo cristã. Assim, também, mencionam um grupo de vereadores católicos, fundado em 2002, na Arquidiocese de Porto Alegre, sob a qual todos os candidatos eleitos formam parte. Ambos os registros (bancada e grupos) atualizam a incisiva tendência organizativa como traço estrutural e estruturante do ativismo político evangélico. Mas tudo indica que se estende, cada vez mais, ao catolicismo como modo de fazer política, o que logo veremos.

De outra parte, o reconhecido potencial eleitoral dos segmentos religiosos os tornam uma referência política que consolida a terceira tendência desse *modus operandi* evangélico. Daí que a procura de apoio de lideranças laicas turbina seu capital político, ancorado na capacidade de mobilização eleitoral junto à membresia e as lideranças eclesiais, oferecendo uma ampla margem de poder de barganha nas negociações partidárias. Fortalecimento que, a cada eleição, faz com que os grupos evangélicos sejam contemplados como forças indispensáveis nos pleitos eleitorais e até temida a sua não inclusão. Prova contundente desse peso religioso foram as eleições majoritárias de 2010, quando os candidatos à presidência tiveram que desenvolver estratégias eleitorais para minimizar a rejeição por motivos religiosos e

negociar diretamente “acordos” e concessões sobre posicionamentos morais que pautaram o pleito (Oro; Mariano, 2010, p. 24-31)¹².

A partir das tabelas elaboradas por Carvalho Junior e Oro identificamos as estratégias acionadas pelos candidatos laicos ao executivo para se aproximarem aos segmentos evangélicos. Vejamos os dados.

No quesito participação em eventos religiosos encontramos os candidatos Pedro Paulo Carvalho (PMDB) do RJ, frequentando cultos da AD Madureira, Vitória em Cristo e da Igreja Mundial do Poder de Deus; o prefeito reeleito Rui Palmeira (PSDB) de Maceió/AL, em eventos da AD. Os reeleitos teceram na gestão anterior uma teia de avizinhamiento com os evangélicos como Carlos Eduardo (PDT) de Natal/RN, que chegou a realizar culto de Ação de Graças (equivalente ao *Te Deum* católico); Zenaldo Coutinho (PSDB) Belém/PA durante todo o mandato participou de eventos evangélicos e Marcus Alexandre (PT) Rio Branco/AC, alinhou-se no mandato anterior com a maior denominação do Acre, Igreja Batista do Bosque, recebendo o apoio na eleição. Ao passo que o prefeito eleito João Dória em SP (PSDB), propôs uma parceria com entidades evangélicas e Emanuel Pinheiro (PMDB) de Cuiabá/MT garantiu apoiar a Igreja Batista e AD.

No maior evento evangélico a Marcha de Jesus, constituído jurídica e simbolicamente em Dia Nacional da Marcha¹³, destacam-se por sua participação Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM-Democratas) de Salvador/BA e o reeleito Roberto Cláudio (PDT) de Fortaleza/CE; Firmino Filho (PSDB) de Teresina/PI; eleito por segunda vez, Edvaldo Nogueira (PC do B) de Aracaju/SE, e no seu histórico consta o apoio aos *shows gospel*.

¹² Os autores fazem uma etnografia de como os candidatos Marina Silva (REDE), José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT) tiveram que cortejar os setores evangélicos e grupos católicos. No primeiro turno a candidata petista firmou propósitos de seu eventual governo não retomar a discussão temas polêmicos da pauta familiar e sexual.

¹³ Lei Nº12.025, de 3.set. 2009 cujo Art. 1º reza: É instituído o Dia Nacional da Marcha para Jesus, a ser comemorado, anualmente, no primeiro sábado subsequente aos 60 (sessenta) dias após o Domingo de Páscoa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12025.htm>. Acesso em: 12 out. 2017.

Registramos na composição das chapas a integração como vice-prefeitos(as) 2 pastores, 2 pastoras e 2 membros de igrejas. São eles: Rodrigo Pacheco (PMDB) em BH/MG, pastor da Igreja Batista Lagoinha; Edvaldo Nogueira (PC do B) de Aracaju/SE, pastor da AD; Lauro Davi (PROS) de Campo Grande/MS, pastora da Igreja Missionária em Cristo; Sandró Baré (PP) de Boa Vista/RR, pastora da AD e Adriana Acorcci (PT) em Goiânia/GO membro da AD e Jorge Bernardi (REDE), em Curitiba, membro da Igreja Presbiteriana.

Contaram com o apoio de partidos cristãos os dois candidatos do Recife: Geraldo Júlio (PSB) e João Paulo (PT), os candidatos de Porto Velho/RO Dr. Hilton de Lima (PSDB) e Léo Moraes (PTB), os dois candidatos de Florianópolis Gean Loureiro (PMDB) E Ângela Amin (PP) e Sebastião Melo (PMDB) de Porto Alegre.

Já Luciano Rezende (PPS) em Vitória/ES, obteve o apoio do senador Magno Malta (PR-ES), enquanto Clécio Luís (REDE) de Macapá/AP, ganha no setor evangélico um aliado. Enivaldo Holanda Júnior (PDT) de São Luís/MA e Luciano Cartaxo (PSD) de João Pessoa/PB conseguiram a declaração formal de apoio da AD, que incentivou a votar nos “irmãos”. Também recebeu amplo apoio da AD Rafael Grecca (PMN).

Angariaram suporte de organizações religiosas Carlos Henrique Amastha (PSB) de Palmas/TO Convenção de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus, Missão no Tocantins (COIMADETINS) e Maria Teresa Saenz (PMDB) de Boa Vista/RR, Ordem de Ministros Evangélicos de Roraima (OMER). O eleito Arthur Neto (PSDB) de Manaus/AM contou com o apoio explícito do fundador de uma das Igrejas neopentecostais de maior expressão da cidade, o Ministério Internacional da Restauração.

Todas as frentes de aproximação são cobertas: apoio partidário, declaração de igrejas e organizações religiosas e o envolvimento explícito de lideranças eclesiais. A frente ecumênica, ao alinhar candidatos laicos frente ao público evangélico (assistir a cultos) reforçando um imaginário de respeito religioso, independente de ser ou não crente o candidato. A frente que baliza a presença pública das manifestações religiosas evangélicas

(Marcha de Jesus, *shows gospel*), outrora reservadas às procissões católicas. A frente que valida a participação confessional na esfera partidária ora com candidatos nas chapas as prefeituras, ora os apoios dos partidos cristãos e das organizações evangélicas. É nítido o percurso que recorrem os políticos não religiosos na procura de fortalecer suas candidaturas e na obtenção de garantias de apoio dos grupos religiosos.

Não resta a menor dúvida que os dados das eleições a cargos executivos e legislativos municipais em 2016 atualizam a afirmação de que, na última década, não existe eleição em que o ativismo político evangélico deixe de ser acionado. É possível visualizar os agentes e os religiosos políticos reagirem na disputa como uma extensa rede de neurotransmissores espalhados ao longo do embate eleitoral. Por essa laboriosidade os evangélicos, sobretudo pelo engajamento dos pentecostais, granjearam o reconhecimento que os tornou uma referência e garantiram seu espaço no sistema político, em especial no Legislativo.

Porém, mesmo que todo esse processo desague na consolidação de tendências no *modus operandi* político, acompanhando a expansão evangélica, e possa parecer robusto na esfera política, de acordo com Machado e Burity (2014, p. 602), esse grupo religioso “é minoritário e se sente discriminado na sociedade civil e no sistema político brasileiro”.

Se o segmento evangélico, minoritário demograficamente e no sistema político, consolida nos últimos tempos em três tendências seu *modus operandi* político, qual seria a novidade da maioria demográfica religiosa, historicamente parte do sistema político, no seu *modus operandi* político? Nos adentramos, na segunda parte deste comentário para focalizar os católicos carismáticos e conservadores.

NOVIDADE NO *MODUS OPERANDI* POLÍTICO DA IGREJA CATÓLICA

No ano de 2006, Oro e Schoenfelder (2006, p. 10) afirmaram que o número de católicos na disputa eleitoral a cargos eletivos era baixo, sinalizando alguns motivos, entre eles a posição assumida da Igreja Católica no Brasil de não participar diretamente do político institucional, desaconselhando candidaturas do clero. Dez anos depois, Carvalho Junior e Oro apontam o aumento dos religiosos políticos católicos e seu perfil conservador. A partir das tabelas disponibilizadas pelos autores foi possível elaborar o seguinte quadro que lastreia comparativamente como evangélicos e católicos concorreram nas capitais e os resultados da sua performance eleitoral.

Quadro 1 – Candidatos e eleitos às câmaras de vereadores das capitais brasileiras, eleições 2016

Cidade	Candidatos Evangélicos	Eleitos Evangélicos	Candidatos Católicos	Eleitos Católicos
1. Porto Alegre/RS	16	5	11	8
2. Curitiba/PR	Não registrado	8	Não registrado	18
3. Florianópolis/SC	5	1	1	Não eleito
4. Rio de Janeiro/RJ	26	9	17	9
5. São Paulo/SP	36	17	10	7
6. Belo Horizonte/MG	46	13	11	8
7. Vitória/ES	11	3	3	2
8. Goiânia/GO	21	5	7	5
9. Campo Grande/MTS	19	6	5	4
10. Cuiabá/MT	12	4	3	3
11. Salvador/BA	43	8	4	4
12. Fortaleza/CE	21	5	5	4
13. Recife/PE	49	10	1	1

Quadro 1– Candidatos e eleitos às câmaras de vereadores
das capitais brasileiras, eleições 2016

Cidade	Candidatos Evangélicos	Eleitos Evangélicos	Candidatos Católicos	Eleitos Católicos
14. São Luís/MA	21	4	Não registrado	5
15. Teresina/PI	16	3	7	5
16. Aracaju/SE	18	2	3	1
17. Maceió/AL	9	1	6	6
18. João Pessoa/PB	18	6	Não registrado	5
19. Natal/RN	16	3	12	8
20. Manaus/AM	45	14	7	6
21. Belém/PA	29	6	3	3
22. Palmas/TO	23	7	3	2
23. Macapá/AP	Não registrado	3	Não registrado	1
24. Porto Velho/ RO	15	5	1	1
25. Boa Vista/RR	Não registrado	3	Não registrado	1
26. Rio Branco/AC	Não registrado	4	Não registrado	1
Totais	515	155	130	118

Fonte: CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares de; ORO, Ari Pedro. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 18, n. 32, 2017.

Quando comparamos os evangélicos com os católicos, dos 515 candidatos evangélicos, são eleitos 155 e dos 130 católicos são eleitos 118. Como se disse páginas atrás, a capilaridade evangélica quantificada em número de candidatos (515) é maior que o número dos candidatos católicos (130). Entretanto, se comparadas proporcionalmente a performance eleitoral dos católicos é melhor, pois de 130 que comparecem ao pleito elege-se 118, já os evangélicos colocam na disputa 515 elegendo apenas 155, consequentemente, o segmento católico tende a ser mais eficaz nos resultados.

Sobre esse saldo positivo na performance eleitoral católica, chamou a minha atenção duas coisas. Uma, quando analisadas as eleições em Porto Alegre, Carvalho Junior e Oro informam sobre a organização católica a qual

pertencem os candidatos. Assim, candidatam-se 11 vereadores católicos, 8 foram eleitos e desses eleitos 7 fazem parte de um Grupo de Vereadores Católicos, fundado na Arquidiocese em 2002. Outra coisa: 130 são os candidatos católicos, no entanto, o número de religiosos políticos em formação nos últimos anos é bem maior, como apresentaremos adiante.

O “sucesso” eleitoral católico apoiado na confessionalidade dos religiosos políticos e sua organização tem contribuído para uma inflexão no *modus operandi* político católico no qual vocacionar membros do laicato e incentivar sua organização representativa tem adquirido diversas formas. Concentro especificamente minha análise nas candidaturas apoiadas pela Renovação Carismática Católica (RCC), face da pentecostalização cristã dentro da Igreja e alinhanda a sua ala conservadora. Como tenho abordado em outros textos (Carranza, 2009, 2011, 2015; Carranza; Mariz, 2016), a RCC converteu-se, no início do século XXI, no modelo hegemônico na igreja, quer seja na espiritualidade quer seja na pastoral, e agora soma-se seu ativismo político.¹⁴ Não pretendo fazer uma transposição mecânica das categorias ativismo político e religiosos políticos, advindas do segmento evangélico como dissecadas páginas atrás, entretanto, as utilizo aqui como referência para visualizar o possível espelhamento das mesmas no *modus operandi* político católico.

Começo com a constatação dos carismáticos reconhecerem a perda de hegemonia política do catolicismo que, segundo eles, se instala na assimetria trazida no poder eleitoral pentecostal evangélico e seu estilo corporativo na perseguição dos próprios interesses¹⁵. Para o Presidente da RCC as lideranças

¹⁴ Lembro as outras fases do ativismo católico conservador no século passado a começar pela Liga Eleitoral Católica de 1930, logo nos anos de 1970 se recompõe em torno da lei do divórcio, com o Concílio Vaticano II e a Teologia da Libertação teremos um breve giro progressista, ressurgindo novamente nos anos de 1990, com o catolicismo midiático-carismático (Carranza, 2011).

¹⁵ Os dados empíricos contidos neste texto formam parte do acervo do Centro de Estudos do Pentecostalismo Latino-americano, projeto de pesquisa (2010-2012) coordenado por Paul Freston, Maria das Dores Campos Machado e Cecília Mariz e financiado

religiosas pentecostais “são extremamente clientelistas [...] elas vão [ao Congresso Nacional] para defender interesses muito particulares de igrejas, para se estabelecer na mídia e obter as concessões de canais de tv [...] espaços que só através de uma política clientelista você consegue.”¹⁶ Conhecedores desse ativismo político evangélico, os carismáticos e os políticos religiosos conservadores intensificam seu próprio ativismo aumentando sua presença nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas (Machado, 2015, p. 46). Por trás desses resultados observamos quatro “frentes” desenvolvidas simultaneamente nos últimos dez anos, todas como braços extensivos da Igreja Católica na esfera política que se propõem concretizar os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja.¹⁷ Três dessas frentes influenciadas pela capilarização do pentecostalismo católico presente nas 275 dioceses e circunscrições católicas brasileiras.

A primeira frente é impulsionada pelo Ministério Fé e Política (MFP) que operacionaliza as diretrizes de inserção partidária formuladas pela RCC. Para isso, o MFP tem as seguintes atribuições: articular as coordenações diocesanas e estaduais; identificar as potenciais lideranças capazes de se transformar em candidatos (sob a premissa de vocação missionária para atuar na política partidária); mediar disputas internas entre candidatos, ajudar na nomeação dos candidatos para concentrar a plataforma eleitoral carismática; apoiar candidaturas e colaborar com a organização de eventos regionais, estaduais e nacionais, além de promover encontros anuais com os mandatários e seus assessores.

Durante as campanhas eleitorais, o MFP zela para que a identidade religiosa e filiação institucional seja explícita e que os conteúdos da propa-

pela Templeton Foundation/Pentecostal and Charismatic Research Initiative (PCRI) da University of Southern California, no qual atuei como pesquisadora. As informações serão identificadas: Acervo PCRI, Entrevista n., iniciais dos informantes, mês, ano.

¹⁶ Acervo PCRI, Entrevista n. 10, M.V., set. 2011.

¹⁷ Corresponde ao corpo doutrinal que articula a interpretação moral e histórica da Igreja Católica sobre os acontecimentos, propondo os princípios de reflexão, critérios de juízo de valor e orientações de ação para todos seus membros.

ganda incluíam as bandeiras defendidas pela RCC e a hierarquia católica. Isto é, posicionar-se contra: o aborto, liberação das drogas, casamento igualitário, direitos reprodutivos, ideologia de gênero. É responsabilidade do MFP conscientizar para a ação política e orientar processos sistemáticos de formação dos membros carismáticos, mediante a elaboração de cartilhas, palestras e cursos. No entanto, a heterogeneidade do Movimento Carismático mostra que nem todos os candidatos oficiais, nem todas as coordenações e os grupos de oração, concordam com os procedimentos assumidos pelo MFP, quando não manifestam seu descontentamento pelos religiosos políticos que só aparecerem nos grupos e eventos em época eleitoral (Freitas, 2016, p. 132).¹⁸

Em que pese o empenho de formar políticos religiosos vocacionados para a vida política, nem sempre o modo de inserção partidária é o mais condizente com os mecanismos democráticos, chegando às raias da jocosi-dade. Caso vivenciado pela vice-prefeita de uma cidade no interior de São Paulo que narra como, após receber uma revelação divina, escolheu por meio de um sorteio santo o partido político para disputar candidatura no pleito eleitoral. Ela conta que, com o marido, que já tinha sido prefeito por outra legenda partidária na mesma cidade, “colocamos todos os nomes dos partidos em papeizinhos. Rezamos. Perguntamos: o Senhor em que partido me quer? Pensamos: se sair duas vezes o mesmo papelzinho o Senhor me quer nesse partido”¹⁹. O Senhor escolheu o partido, ela candidatou-se, venceu a eleição, assumiu o cargo, agradeceu o apoio dos grupos de oração da cidade que votaram nela e o marido virou assessor de seu gabinete.

Anedota à parte, a participação político-partidária de caráter confessional traz algumas características semelhantes do ativismo evangélico, descritas

¹⁸ Freitas registra as posições da coordenação estadual de Rio de Janeiro que discorda da participação oficial em política da RCC, a da coordenação de Macapá que considera o campo da política demoníaco, portanto, não se envolve com ela (Freitas, 2015, p. 144-147).

¹⁹ Acervo PCRI, Entrevista n. 7, S. P., set. 2011.

anteriormente, enfatizando, no caso católico, a interlocução da Igreja com o Estado. Mesmo que a conversão pessoal seja *conditio sine qua non* de atuação dos que representam a RCC no campo partidário, há as exigências de perícia na administração pública e, de certa maneira, pesa seu perfil que tende a ser de classe média, ensino superior completo, trabalhadores do serviço público, empresários, professores, profissionais liberais (Freitas, 2015; Machado, 2015).

Exemplo magistral dessa convergência vocacional para a política, gestão pública e perfil social encontramos no ex-seminarista Gabriel Chalita, originário de Cachoeira Paulista/SP, membro da comunidade católica Canção Nova e seu apresentador nos programas da TV Canção Nova. Com intenso trânsito partidário, como membro do PSDB/SP, Chalita é nomeado Secretário de Educação do Estado de São Paulo (2003-2007), filiado ao PSB/SP, elegeu-se vereador por SP (2009-2012), deputado federal (PMDB/SP) no período 2011-2015, filiado ao PMDB candidatou-se, sem sucesso, para a prefeitura de São Paulo em 2012, em 2015 assume novamente, na gestão petista, a Secretaria de Educação (2015-2016), por sua vez candidata-se vice-prefeito como membro do PDT, na chapa de Fernando Hadaad, candidato a reeleição em 2016, não vence as eleições. Desiludido da vida política, com diversas denúncias de corrupção e investigação criminal²⁰ e após ser nomeado na operação Lava-Jato, Chalita abandona a carreira política e envereda carreira em Hollywood como roteirista.²¹

Interessa destacar aqui que, para as lideranças carismáticas ter um religioso político constitui-se numa forma de alinhamento com a agenda política da hierarquia católica e a possibilidade de usufruir do capital simbólico

²⁰ O religioso político foi alvo de apurações por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, peculato, corrupção passiva, fraude em licitação. Num outro processo é suspeito de ter recebido 50 milhões quando estava à frente da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,mpe-abre-investigacao-criminal-contragabriel-chalita,1706271>>. Acesso em: 7 out. 2017.

²¹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/depois-de-mencionado-na-lava-jato-chalita-tenta-carreira-em-hollywood-21050901>>. Acesso em: 2 out. 2017.

que outorga esse reconhecimento de pertença (Carranza, 2015, p. 70-71). É também o mecanismo de manter acessos rápidos à máquina do Estado, cujos critérios que orientam a escolha partidária não são ideológicos, mas circunstanciais e pragmáticos, como entre os evangélicos, pois deve ser garantida a estrutura que vença as eleições. Da parte dos partidos representa o acesso ao nicho eleitoral certo, no caso carismático católico, aumentando suas chances de assertividade nas urnas, mais tempo partidário na TV e acesso a recursos no fundo econômico partidário.

Mas, para a disputa eleitoral confessional são necessárias técnicas de marketing, profissionalização na gestão do mandato, qualificação dos assessores, competência na condução de campanhas políticas e formação na área fiscal. Arsenal estratégico necessário para os religiosos políticos carismáticos que, até 2011 não era dominado entre os 213 vereadores em exercício, 143 congressistas (federais e estaduais), nem pelos mais de 400 candidatos prestes a participar em futuras eleições de 2012 (Freitas, 2011, p. 119). Sobre esse dado cabe uma observação.

Páginas atrás, vimos que foram 130 candidatos católicos que se apresentaram nas eleições de 2016, segundo registrado por Carvalho Junior e Oro. No entanto, Freitas registra um elevado número de potenciais candidatos, indica 400, para essa mesma eleição. Cabe a pergunta: o que aconteceu com esses candidatos potenciais? Sendo tantos, como é que o número de católicos à disputa eleitoral não foi maior? Questões e dados a serem pesquisados.

Retomamos a carência de formação específica dos candidatos católicos que deverá ser guarnecida. Para isso abre-se a segunda frente do ativismo político carismático com a criação, em 2009, do Instituto Thomas More. Considerado patrono dos políticos carismáticos, por ter contestado a autoridade de Henrique VIII sobre a Igreja Católica, o filósofo, diplomata, escritor e advogado inglês, Thomas More (1478-1535), canonizado como mártir em 1935, inspira o Instituto ligado ao MFP. A iniciativa surge da mobilização dos religiosos políticos carismáticos de São Paulo, pretende a formação de quadros políticos profissionais, oferece apoio financeiro para candidaturas e orienta com estratégias eleitorais. Sem sede física, funciona

como uma instância promotora e articuladora dos processos de formação, contabilizando entre seus formados 41 vereadores eleitos nas eleições de 2012 (Freitas, 2015, p. 150).

Na concepção de seu mentor, o deputado federal Reginaldo Alguz (PV/MG), o Instituto corresponde à conjuntura política porque: “precisamos unir nossos recursos como os evangélicos, pois não é a toa que eles estão na frente nas bancadas no Congresso Nacional”²². Esse instituto está sendo formado, afirma Evandro Gussi (PV/MG), assessor parlamentar de Alguz, “para ensinar a trabalhar as pessoas da RCC [...] a intenção é eleger pelo menos um representante em cada diocese”²³.

Ainda que necessária, a proposta do Thomas More não foi bem recebida pelas outras instâncias de organização eleitoral da RCC, sobretudo quando começou a interferir nos critérios de nomeação de candidaturas oficiais, provocando a divisão interna no MFP. Disputas que frearam as intenções do Instituto de ampliar o comando nas candidaturas dos deputados federais Salvador Zimbaldi (PROS/SP) e Gabriel Chalita (então no PSDB), aos poucos o Instituto cedeu sua inspiração inicial ao Centro Nacional de Formação, promovido pela RCC na nova sede Nacional em Lorena/SP, inaugurada em setembro de 2017.

Na terceira frente do ativismo político carismático está o Encontro de Cristãos em Busca da Unidade e Santidade (ENCRISTUS), fundado em 2008 sob a liderança de representantes das Novas Comunidades Católicas, um desdobramento da RCC, e o apoio da CNBB e do MFP²⁴. Em nome do “ecumenismo político” o ENCRISTUS nasce com o objetivo de articular

²² Acervo PCRI, Entrevista n. 7, R. A., set. 2011.

²³ Acervo PCRI, Entrevista n. 9, C. M., set. 2011.

²⁴ A ideia original surgiu em 2003, em Buenos Aires – com o apoio do Cardeal Bergoglio (hoje Papa Francisco) –, sob o nome Comunhão Renovada entre Católicos e Evangélicos no Espírito Santo (CRECES), que reuniu milhares de pessoas, durante vários encontros anuais, no estádio Luna Park. Há outras iniciativas similares, como United in Christ (Canadá) e Kairós (Itália).

parlamentares em exercício, católicos e evangélicos, para uma aproximação interdenominacional que favoreça viabilizar agendas políticas no tocante a temas comuns de defesa da moralidade cristã e intercâmbio de conhecimento sobre projetos sociais. O ENCRISTUS realizará diversos encontros de caráter nacional e a divulgação de materiais, digitais e impressos (Machado, 2015, p. 64). Entretanto, aos poucos, a proposta enveredou-se para instâncias mais estruturadas, colóquios teológicos, encontros bíblicos e intercâmbio de pregações, levando à diluição da agenda política inicial²⁵.

Até aqui tratamos das três frentes políticas promovidas pela RCC. De acordo com Procópio (2012, p. 81-81), a maneira como os carismáticos se relacionam com a política sugere três leituras: a catequético-conversionista, que coloca a ênfase na inserção partidária e nas esferas legislativas e executivas com a finalidade de transformá-las através do testemunho dos agentes religiosos. É o que identificamos no MFP. Outra leitura seria uma composição-bricolagem, advinda dos arranjos e mutações que o projeto político da RCC sofre quando entra em colisão com os interesses internos e externos. Nesta análise corresponde ao Instituto Thomas More e o ENCRISTUS. A última leitura, seria perceber o caráter multiposicional que os carismáticos mantêm nas eleições, “acionando representação múltipla onde elementos religiosos (defesa da igreja, da família, da vida etc.) serão somados à elementos políticos (desenvolvimento, ética, distribuição de benefícios etc.), que visem o sucesso ao final do escrutínio” (Procópio, 2012, p. 85).

A quarta e última frente do *modus operandi* político é a constituição da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (FPMCAR), lançada em 28 de maio de 2015. Inaugurada na sede da CNBB a FPMCAR foi ratificada com a tomada de posse que, segundo seu presidente o deputado federal Givaldo Carimbão (PROS/AL), “há muito atua na Câmara, porém, nunca tinha sido ratificada, pois o regimento da Casa pede uma série de

²⁵ Acervo PCRI, Entrevista n. 29, M. M., nov. 2011.

requisitos que só agora conseguimos preencher”²⁶. A proposta é a de ser vigilantes na Câmara para que “a lei dos homens não rasgue a lei de Deus [afirma Carimbão]. Sabemos que existe a Constituição, mas tem a Bíblia sagrada que é a lei de Deus. Nós não podemos deixar que fiquem violentando, rasgando aquilo que está na Bíblia sagrada”.

O argumento público do deputado Carimbão, que coloca a Bíblia como lei máxima nacional acima da Constituição, assemelha-se às posturas dos parlamentares pentecostais e contradiz o lugar “neutro” que a Constituição assume para a Igreja Católica (Vital, 2017). Isso porque não se pode colocar no mesmo registro a Bíblia e a Constituição, pois respondem a regimes distintos, um é secular e outro religioso.

A FPMCAR se ergue, segundo seu Presidente, como representação das posições oficiais em matéria de doutrina e dogmas da Igreja Católica e “sem dúvida trabalharemos juntos com a Frente Parlamentar Evangélica, em determinados momentos estaremos juntos para discutirmos as questões cristãs”.²⁷ Para Carimbão, num primeiro momento a Frente não tem intenções de desenvolver estratégias de intensificar campanhas eleitorais e de coordenar mecanismos de representação para aumentar o número de religiosos políticos na Câmara, mas apenas articular ações que garantam os interesses corporativos da Igreja nas casas legislativas. Propõe-se, também, organizar grupos de oração, encontros espirituais e um grupo de estudo para acompanhar os debates e discussões na Câmara de projetos relacionados com a moralidade familiar e sexual.²⁸

²⁶ Áudio gravado em entrevista. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/com-a-palavra/489102-deputados-lancam-frente-parlamentar-mista-catolica-apostolica-romana.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

²⁷ Áudio gravado em entrevista. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/com-a-palavra/489102-deputados-lancam-frente-parlamentar-mista-catolica-apostolica-romana.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

²⁸ Disponível em: <<http://www.prosnacamara.org.br/noticia/693/carimbao-toma-posse-na-frente-parlamentar-catolica/>>. Acesso em: 28 set. 2017.

Duzentos e quinze deputados aparecem como signatários da FPMCAR, divididos 173 parlamentares no seguinte espectro partidário: PMDB (29), PP (27), PT (25), PSDB (23), PR (15), PSB (14), PSD (13), DEM (11), PDT (8), PTB (8), os restantes 42 deputados encontram-se pulverizados em mais 15 partidos. Dentre os partidos tidos como cristãos encontramos no PRB (3), no PSC (2) e no PSC (3). Entre os deputados que integram a FPMCAR encontramos Eros Biondini (PROS/MG), cantor carismático, Flavinho (PSB/SP), membro da Canção Nova, e mais 5 senadores²⁹.

Sacramentada a FPMCAR soma-se ao ativismo político católico que, em 1991, sofre a primeira inflexão com a criação da Pastoral Parlamentar Católica (PPC), alterando a caracterizada atuação política de *lobby* e de acessos privilegiados de religiosos da CNBB a políticos e ao governo (Vital; Lopes, 2012, p. 37). Comandada fundamentalmente por sacerdotes a PPC visa integrar parlamentares católicos (deputados e senadores) dispostos a participar de celebrações litúrgicas e reflexões diretrizes católicas sobre questões sociais.³⁰ Ambas organizações, a seu modo, constitui-se numa outra modalidade de pressão a autoridades e políticos para legislarem, regular e implantar em conformidade com a ética intramundana católica.

Não pretendo discutir aqui a natureza dessas duas representações confessionais no Legislativo, apenas sinalizo que são de natureza distinta, na sua configuração e modos de atuar. Porém, ambas sinalizam para uma mudança significativa no interior da Igreja Católica que, ainda insistindo em não ter representação institucional salienta oficialmente sua presença confessional através de representações católicas no Congresso. Enquanto isso, o intenso ativismo político da RCC, como vimos nas primeiras três frentes carismáticas (Ministério Fé e Política, Instituto Thomas More e ENCRISTUS), prepara quadros dirigentes para assumirem postos na arena política e intensifica a

²⁹ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53496>>. Acesso em: 20 set. 2017.

³⁰ Disponível em: <<https://goo.gl/eEY1e8>>. Acesso em: 21 set. 2017.

formação dos religiosos políticos como garantia da presença do catolicismo institucional na disputa eleitoral.

SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS, INFLEXÕES, SUSPEITAS

Avanço na argumentação sobre essas inflexões do *modus operandi* político da Igreja Católica, saindo do *lobby* para uma representação confessional que nos últimos anos se consolida, sinalizando para uma nova expressão pública e para outra relação da igreja com o Estado e com a diversificação interdenominacional do ativismo evangélico e seus religiosos políticos.

Neste ínterim, o ativismo carismático opera como uma corrente de transmissão da Igreja Católica que dá suas diretrizes por meio do papado, episcopado, sacerdotes e os leigos as incorporam como princípios a serem traduzidos politicamente (Esquivel, 2013, p. 427). Assim, ele lança mão da rede de influências que rende o peso institucional para legislar em consonância com os interesses da hierarquia, constituindo-se numa das inflexões e atualização do *modus operandi* político da igreja. Num vai-vém de aproximação política e de distanciamento identitário, os carismáticos terão que negociar a todo momento a presença do ativismo evangélico.

Do outro lado, é realidade que o ingresso na política nacional não é apenas um efeito do crescimento demográfico dos evangélicos, mas, também, fruto de seu tenaz ativismo, do fervor de seus religiosos políticos e do reconhecimento partidário, como já vimos. Ao mesmo tempo, eles refinam seu pragmatismo eleitoral com estratégias multiposicionadas que ampliam sua inserção partidária, admitindo negociações ideológicas para sustentar bandeiras conservadoras nas casas legislativas. O amálgama dessas tendências favoreceu a construção dos degraus que permitiu os evangélicos ascender as instâncias de poder, o cortejo partidário e a atenção dos religiosos políticos católicos e suas instituições.

Mas, se o pragmatismo eleitoral assemelha os ativismos religiosos na política, há diferenças entre eles. De acordo com Maria das Dores Machado,

a ênfase das candidaturas oficiais nos carismáticos recaem no laicato, enquanto nos pentecostais recaem nos agentes eclesiásticos, bispos e pastores, que chegam até a renunciar as suas funções religiosas para atuar politicamente. Outra diferença está no alvo da formação política. Os pentecostais selecionam pastores(as) e missionários(as), enquanto que os carismáticos investem nos leigos, “convocados para integrar a ‘Tropa de Elite Cristã’, por isso requerem uma preparação de caráter mais espiritual” (Machado, 2015, p. 61). A autora sublinha a admiração que os carismáticos nutrem pela atitude apaixonada com que os religiosos políticos evangélicos defendem os valores da moralidade cristã, enfrentam os movimentos sociais e o poder Executivo para fazer prevalecer seus interesses. Admiração que se estende ao ativismo que, como vimos nos depoimentos, impulsiona o estilo político carismático.

Ambos ativismos, com seus ardorosos representantes nas instâncias legislativas constituem-se em portavozes de suas igrejas, manipulam suas identidades religiosas e institucionais e dão amostras de relativo sucesso na empreita eleitoral, como mostram os dados das eleições de 2016. Quando se aproximam católicos e evangélicos para sancionar leis em sintonia com suas propostas de princípios éticos intramundanos acionam seus recursos institucionais e participam da dinâmica tensa de ter que negociar com outros atores políticos, como os movimentos sociais, para que suas propostas prevaleçam.

Ao contestar os movimentos sociais, os papéis sociais preestabelecidos, tidos como tradicionais, e reivindicarem direitos, parlamentares evangélicos, carismáticos e conservadores unem-se em conjecturações políticas com a finalidade de fazer valer um tipo de interpretação da verdade cristã. Igualmente se aliam numa cruzada ferrenha, lançando mão de todas as armas teológicas, argumentos disseminadores de pânico morais, campanhas difamatórias e passeatas multitudinárias, como atestam recentes trabalhos acadêmicos (Vital; Lopes; Lui, 2017; Natividade, 2016). Alianças que, de um lado, reverberam numa dinâmica social de intolerância religiosa desencadeadora de violências e no questionamento aos modos de apropriação dos mecanismos democráticos da razão, o consenso e a lei, para extinguir

antagonismos ideológicos. Do outro lado, reforçam a generalização de estigmas que identificam os pentecostais (carismáticos e evangélicos) como fundamentalistas.

Enfim, a sistematização dos dados quantitativos coletados por Carvalho Junior e Oro, no texto “Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras”, mostram o firme avanço dos segmentos religiosos, representados por seus políticos, nas instâncias legislativas da esfera pública do país. Escondem, evidentemente, porque não é a intenção da pesquisa, a distância entre as bases do eleitorado religioso, igrejas e grupos, e seus representantes políticos nas instâncias de poder, esses últimos nem sempre atuam de forma subalterna a elas, mas como portadores de seus próprios interesses e hermenêuticas e a de determinados setores da liderança institucional (Vital; Lopes; Lui, 2017, p. 119).

Nessa trilha de distanciamento é possível imaginar que muitos dos serviços pastorais que visam o compromisso com ações de resgate à cidadania, desenvolvidas no interior das igrejas evangélicas e da RCC podem enveredar, na prática, na contramão ideológica e teológica de seus representantes políticos. Inumeráveis desses serviços, rapidamente rastreados com um clique na *Web*, quando somados a outras ações de iniciativa menos identificáveis compõem uma corrente subterrânea que irriga novas relações entre religião e política, presente no cotidiano das práticas institucionais ou em modestas iniciativas de seus membros.

Se for assim, os protagonistas desses serviços talvez estejam abrindo brechas de dissidência interna que, mesmo não manifestando-se publicamente ou rompendo organicamente com suas instituições, vão na contramão de seus representantes nas esferas de poder. Isso porque, talvez os agentes religiosos nas bases sociais das igrejas caminhem no antifluxo dos modelos teológico-políticos tidos como oficiais, apropriando-se, na prática, do arcabouço teológico que lhes é disponibilizado. Tendo a concordar com Machado e Burity (2014, p. 625) que afirmam que há “um sentimento crescente, pelo menos entre a liderança mais jovem do pentecostalismo brasileiro, de

autocrítica e engajamento”. Acho que essa percepção encontra-se, também, nos protagonistas desses serviços pastorais.

É nessa percepção, entre as novas gerações e os ativistas sociais religiosos, que teremos que procurar como operam e se gestam outros mecanismos que articulam religião e política? Segundo Renato Janine Ribeiro, hoje no Brasil podemos distinguir dois tipos de direitas: a democrática (que não quer o controle do Estado sobre a economia, quer menos direitos sociais e trabalhista) e a comportamental (não se limita a uma pauta econômica, traz junto uma pauta moralista, muito conservadora)³¹. A que tipo de direita se alinham esses protagonistas? Para onde são direcionados seus esforços? Quais matizes e conteúdos de conservadorismo germinam em suas práticas? Ou são religiosos progressistas? Quer dizer, comprometidos com defesa das minorias, críticos dos comporramentos extremistas e conservadores no espaço público e político, somam esforços com coletivos sociais nacionais e internacionais (Vital; Lopes; Lui, 2017, p. 122). Representam uma novidade no ativismo político ou confirmam o atual? Nessas brechas dissidentes implícitas, ou não, quem sabe estejam roendo as bases do *establishment* do ativismo político, católico e evangélico, dos últimos anos, provocando novas inflexões em ambos. Eis aí mais um desafio de pesquisa qualitativa.

³¹ Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/03/Por-que-obras-e-exposicoes-de-arte-estao-protagonizando-o-debate-politico>>. Acesso em: 4 out. 2017.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo. Os Deuses do Parlamento. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, Especial 107, p. 71-79, jun. 2017.
- BURITY, Joanildo Albuquerque; MACHADO, Maria das Dores Campos (Org.). *Os Votos de Deus: Evangélicos, Política e Eleições no Brasil*. Recife: Massangana, 2006.
- CARRANZA, Brenda. Cristianismo Pentecostal: nova face da Igreja Católica. In: MOREIRA, Alberto da Silva; TROMBETTA, Pino Lucà (Org.). *Pentecostalismo globalizado*. Goiânia: Editora da PUC-Goiás, 2015. p. 71-93.
- _____. *Catolicismo midiático*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2011.
- _____. Perspectivas de neopentecostalização católica. In: Carranza, Brenda; Mariz, Cecília; Camurça, Marcelo (Org.). *Novas Comunidades Católicas: em busca do espaço pós-moderno*. Aparecida: Ideias & Letras, 2009. p.33-58.
- CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecilia. O catolicismo brasileiro de exportação: o caso Canção Nova. In: Rocha, Cristina; Vásquez, Manoel A. (Org.). *A diáspora das religiões brasileiras*. Aparecida: Ideias & Letras, 2016. p.149-180.
- CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre; ORO, Ari Pedro. *Igreja Universal do Reino de Deus: novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- ESQUIVEL, Juan Cruz. *Igreja, Estado e Política: estudo comparado no Brasil e na Argentina*. Aparecida: Santuário, 2013.
- FREITAS, Marcos Vinícius Reis. *Política e religião: participação política dos católicos carismáticos do Brasil*. 2015. 196 f. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- _____. *Política e Religião: o envolvimento dos católicos carismáticos na política brasileira*. 2011. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religião: participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 45-72, 2015. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/0100-85872015v35n2cap02>>. Acesso em: 12 out. 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582014000300601&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2017.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais e Política no Brasil. *ComCiência*, n. 65, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/13.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2017.

MARIANO, Ricardo; HOFF, Marcio; DANTAS, Toty. Evangélicos Sangues-sugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, v. 2, n. 10, p. 65-78, jul./dez. 2006.

NATIVIDADE, Marcelo. *Margens da política: Estado, direitos sexuais e religiosos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

ORO, Ari Pedro. Religião e eleições 2000 em Porto Alegre. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 2, n. 3, p. 9-70, 2003.

ORO, Ari Pedro; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: Religião e Política no Rio Grande do Sul e no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 11, n. 18, p. 10-38, jul./dez. 2010.

ORO, Ari Pedro; SCHOENFELDER, Rosilene. A religião nas eleições 2006 no Rio Grande do Sul: o que há de novo. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 10, p. 7-26, jul./dez. 2006.

PROCOPIO, Carlos Eduardo Pinto. Carismatismo católico e eleições no Brasil. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 14, n. 16, p. 79-99, ene./jun. 2012.

TAVALD, Marcelo. Demonização da política ou a política demonizada? Os evangélicos e as eleições federais de 2006. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 10, p. 79-88, jul./dez. 2006.

VITAL, Christina. A ascensão do pentecostalismo: da religião à política. *Revista IHU On-line*, abr. 2017. Entrevista concedida a Patrícia Fachin. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/566735-ascensao-do-pentecostalismo-da-religiao-a-politica-entrevista-especial-com-christina-vital>>. Acesso em: 12 out. 2017.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Instituto de Estudos da Religião, 2017.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Víctor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

Recebido em: 11/10/2017

Aprovado em: 11/10/2017